



# NEWSLETTER

SECRETARIADO PERMANENTE DA CONFERÊNCIA DOS DIRETORES-GERAIS DAS ALFÂNDEGAS DA CPLP



## Nesta edição:

- ✓ CPLP - Cimeira do Sal
- ✓ Novo Secretário-Geral da CPLP
- ✓ Reeleição do SG da OMA
- ✓ Representante da CPLP na OMA
- ✓ Membro Honorário da Conferência
- ✓ A Diversidade como Fonte de Potencialidades da OMA
- ✓ Questionários de Avaliação
- ✓ 3.ª reunião do GTV da Via Aérea
- ✓ Convenção de Quioto Revista
- ✓ GT da Convenção de Quioto
- ✓ Agenda do PICAT V

## 13.ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE ALTO NÍVEL

Decorreu em Luanda, Angola, de 21 a 25 de maio de 2018, a 13.ª Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível (GTAN) das Alfândegas da CPLP no âmbito do programa PICAT V Aduaneiro para o triénio 2016-2018.

Foi apresentado para discussão o projecto de PICAT VI Aduaneiro para o triénio 2019-2021, contemplando 27 reuniões nomeadamente de Grupos de Trabalho e Seminários para ser aprovado na XXXIII reunião do Conselho de Directores-gerais das Alfândegas da CPLP. O PICAT I iniciou-se em 2004 e tem a sua base de funcionamento no “Protocolo de cooperação que institui a conferência dos Directores-gerais das Alfândegas dos Países de Língua Oficial Portuguesa”.



## XXII CIMEIRA DA CPLP

Santa Maria, Cabo Verde, nos dias 17 e 18 de julho de 2018

Referenciam-se, entre outras, algumas das conclusões que constam na “Declaração de Santa Maria”, nomeadamente:

- Elegeram Sua Excelência o Senhor Jorge Carlos de Almeida Fonseca, Presidente da República de Cabo Verde, como Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para o biénio 2018-2020.
- Elegeram o Embaixador Francisco Ribeiro Telles, indicado pela República Portuguesa para o cargo de Secretário Executivo da CPLP, para um mandato de dois anos, de 1 de Janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020.
- Aprovaram a concessão da categoria de Observador Associado da CPLP ao Grão Ducado de Luxemburgo, ao Principado de Andorra, ao Reino Unido da Grã-



## FRANCISCO RIBEIRO TELLES

Novo Secretário-Geral da CPLP

O cidadão português Francisco Ribeiro Telles foi eleito Secretário Executivo, para o biénio 2019-2020, pela XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), decorrida nos dias 17 e 18 de julho de 2018, em Santa Maria, na Ilha do Sal, em Cabo Verde.

Esta aclamação de Francisco Ribeiro Telles, Embaixador, para exercer o cargo de Secretário Executivo no período

Bretanha e da Irlanda do Norte, à República da Argentina, República da Sérvia, à República do Chile, à República Francesa, à República Italiana, e à Organização de Estados Ibero- Americanos para a Educação, Ciência e a Cultura (OEI).

- Reafirmaram a plena validade do compromisso consagrado na Declaração Constitutiva da CPLP e congratularam-se com a progressiva afirmação internacional da organização e dos seus Estados-Membros, que, apesar da dispersão geográfica constitui um espaço unido pelo idioma comum e pelos primados da paz da democracia e do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social.

A XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, está prevista realizar-se em 2020 na República de Angola.

compreendido entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, surge no seguimento da recomendação do XXIII Conselho de Ministros, realizado em Santa Maria, a 16 de julho de 2018. A recomendação ministerial para a eleição para o cargo de Secretário Executivo da CPLP enquadrou-se nos termos conjugados da alínea e) do n.º 2 do artigo 10.º e do n.º 1 do artigo 18.º dos Estatutos da CPLP.

(Fonte: Site do Secretariado Executivo da CPLP)

## REELEIÇÃO DO DR. MIKURIYA PARA SECRETÁRIO-GERAL DA OMA

No decorrer da sessão anual do Conselho da Organização Mundial das Alfândegas (WCO) em Bruxelas (Bélgica), que se realizou no passado mês de junho, os diretores-gerais das alfândegas procederam a reeleição de Kunio Mikuriya para Secretário-geral da Organização Mundial das Alfândegas, por um período de 5 anos a iniciar-se em 1 de janeiro de 2019.

Relembra-se que o Dr. Mikuriya assumiu este cargo em 2009, tendo no período que antecedeu a sua eleição em 2009, exercido as funções de Secretário-geral Adjunto da OMA durante 7 anos.

O seu percurso profissional é muito vasto, tendo antes de ingressar na OMA exercido funções durante 25 anos no Ministério das Finanças no Japão, nas mais diversas áreas.

Após a sua reeleição o Dr. Mikuriya transmitiu a seguinte mensagem de agradecimento: “Estou profundamente honrado com a confiança que os Diretores-gerais das alfândegas de todo o mundo colocaram na minha



capacidade de liderar o Secretariado. Continuarei trabalhando em estreita cooperação com todos eles para alcançar os objetivos da Organização e realizar nossa visão de modernização e conectividade”.

## REPRESENTANTE DAS ALFÂNDEGAS DA CPLP NA OMA (2018/2019)



A OMA, em colaboração com o Secretariado Permanente (SP) e as Alfândegas do Japão (através do fundo de Cooperação Aduaneira do Japão), tem possibilitado o destacamento de um funcionário das Alfândegas da CPLP na referida organização para, de entre outras atividades, facilitar ou promover uma melhor interação entre a OMA e as Administrações Aduaneiras da CPLP, por intermédio da Língua Portuguesa.

Assim no âmbito das relações existentes entre as alfândegas da CPLP e da Organização Mundial das Alfândegas e a semelhança do que tem vindo a acontecer desde 2009, procedeu-se a selecção de um Representante das Alfândegas da CPLP na OMA, tendo em conta os critérios definidos por esta organização.

Entre os diversos candidatos foi seleccionada a Dra. Nelni Martins, de 32 anos, funcionária oriunda da Administração Geral Tributária de Angola, aonde exercia funções há 5 anos e meio, para Representar as Alfândegas da CPLP para o ano fiscal 2018/2019, tendo a mesma ficado afectada à Direcção de Desenvolvimento de Capacidades da OMA.

Durante o período que exerceu funções na Administração Geral Tributária de Angola, esteve colocada no Departamento de Cooperação Internacional, tendo a seu cargo diversas matérias como as questões de Facilitação do Comércio, especialmente no que toca à implementação do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC) da OMC em Angola.



## JOÃO DE SOUSA

Membro Honorário da Conferência dos  
Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP

PICAT é a abreviatura de Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica. Foi criado em 2004 no quadro da Cooperação Técnica Aduaneira entre as Alfândegas da CPLP.

Entendeu-se que a cooperação aduaneira na CPLP deveria estar organizada e centralizada num programa orientador, homogéneo e equilibrado, onde pudessem estar incluídas todas as iniciativas que tivessem por base o conhecimento e o desenvolvimento das matérias aduaneiras, que assentassem na língua comum e que conseguissem justificar o trabalho em conjunto das administrações aduaneiras da CPLP.

Até 2004 a cooperação aduaneira limitava-se, quase unicamente, ao Grupo de Trabalho do Sistema Harmonizado - que numa primeira fase, entre 1984 e 1994, apenas agregou as administrações aduaneiras do Brasil e de Portugal - a iniciativas de âmbito bilateral e às reuniões dos Diretores Gerais das oito Alfândegas (sete, antes da entrada de Timor Leste na CPLP cuja adesão foi a 1 de agosto 2002).

Quando em 2004 se organizou o primeiro Programa PICAT, o Grupo de Trabalho do Sistema Harmonizado (GTSH), que tinha retomado as suas reuniões em 2002 após uma interrupção de vários anos, já estava praticamente alargado a todas as restantes administrações aduaneiras.

Ora o PICAT constitui, na minha opinião o sustentáculo e a justificação para o trabalho conjunto das administrações aduaneiras de língua oficial portuguesa. Sem as iniciativas previstas no PICAT restaria pouco trabalho conjunto para fazer. A cooperação aduaneira estaria, então, quase só, limitada a iniciativas de carácter institucional decididas nas reuniões dos Diretores Gerais das Alfândegas.

E aí é que está o fulcro de tudo. Se as administrações aduaneiras da CPLP não encontram atividades e tarefas para fazerem, em conjunto, melhor do que fariam individualmente, então, de pouco vale, a CPLP aduaneira. Se, pelo contrário, entendem que é possível desenvolverem juntos, projetos que dignifiquem internacionalmente a língua comum e que sejam úteis para a vida aduaneira de cada um, então sim, empenhemo-nos todos para a sua realização.

Ou seja, fazer juntos o que é melhor, mais fácil e mais eficaz do que fazer individualmente. Elaborar textos únicos de convenções internacionais, trocar experiências e saber,



Reavivei a minha memória e analisei o PICAT V que está em execução e um projeto de PICAT VI que vigorará no período 2019-2021. Lá estão as ações principais e os grupos de trabalho. Está vivo o PICAT. Mas temos de o manter, além de vivo, também vibrante.

Sei que a principal dificuldade na execução do PICAT é de natureza financeira. Já o era no meu tempo de aduaneiro ativo. Deve-se evitar que algumas administrações aduaneiras não participem nas ações desenvolvidas, porque a sua presença é importantíssima, quer para essas próprias administrações, quer para o êxito global do PICAT. Não penso que um orçamento aceitável ultrapasse valores inoportáveis, bem pelo contrário, sou de opinião que o seu montante, que não seria nada de extraordinário, se justificaria perfeitamente pela importância dos resultados obtidos e pelo exemplo de cooperação. Há que sensibilizar os dirigentes e mobilizar as entidades competentes, explicar detalhadamente o que se faz e demonstrar que a cooperação aduaneira apresenta características especiais pela universalidade e homogeneidade das suas matérias, pela existência duma organização internacional agregadora e orientadora e pela utilidade dos seus resultados.

A discussão do Programa PICAT ocupa uma grande parte das reuniões dos Diretores Gerais e do Grupo de Trabalho de Alto Nível (GTAN). Se for necessário fazer uma reavaliação do seu conteúdo e das suas ações que se faça. Alterem-se, se necessário, algumas dessas ações, e modifique-se, se necessário, a metodologia da sua execução. As rotinas são, por vezes, limitadoras da iniciativa e da inteligência. Não se deve ter medo de as quebrar.

Até porque a cooperação aduaneira no quadro da CPLP sempre assentou no entusiasmo, na paixão e na amizade. Aspetos que não devem ser desvalorizados porque sabemos que eles potenciam, muito, a utilidade das tarefas



## A DIVERSIDADE COMO FONTE DAS POTENCIALIDADES DA OMA

*POR CR. MARCELO DA COSTA PORTO, PMP, CONSULTOR EN PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA PARA LA ADUANA DE URUGUAY Y LA ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE ADUANAS.*

Quando você se especializar em planejamento estratégico e capacitação, estude as teorias mais aceitas e aprenda os vários métodos e ferramentas disponíveis para uma boa gestão organizacional. É, em termos muito gerais, tornar possível a imagem do futuro da organização, levando em conta o ambiente e os interesses dos grupos de interesse, aproveitando as capacidades disponíveis ou a serem desenvolvidas no processo.

Claramente, o sucesso não é alcançado em um único parágrafo e com uma reunião de equipe onde as diretrizes são estabelecidas e os recursos são garantidos para a aquisição de equipamentos. No processo estratégico surgem sempre dificuldades, manifestadas em diferentes situações, de diferentes atores e em diferentes momentos. Nesses momentos, colocam-se à prova os alicerces sobre os quais o plano estratégico é construído, os valores que moldam a cultura, o compromisso dos membros e a capacidade de reflexão e construção coletiva.

Neste pequeno artigo, gostaria de destacar apenas que, a importância que os valores organizacionais e construção baseada em forças e uso da diversidade têm em um processo de design estratégico.

Quando recebi o gentil convite da Organização Mundial das

Alfândegas para facilitar o processo de elaboração do plano estratégico da Conferência de Diretores-Gerais das Alfândegas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), soube imediatamente que estava enfrentando um grande desafio, tanto profissionalmente como culturalmente.

... mas foi muito mais que isso.

Uma das primeiras questões que precisavam ser respondidas tinha a ver com um aspecto central: o que pode ser alcançado com uma comunhão de países cujo único elemento comum é uma história que os liga e fala a mesma língua?

Era uma questão que, embora não me impedisse de avançar no estudo dos antecedentes e diagnósticos anteriores, não me permitia construir um modelo viável e implementável.

Foi depois de ter conversas profundas com cada participante na reunião realizada em Maputo (Moçambique), onde pude finalmente compreender o que está no coração da CPLP. A resposta estava no clima dos participantes, no orgulho de fazer parte, na liberdade de escolha, no compromisso com uma sociedade que merecia um futuro melhor, no conceito mais profundo de

Eu soube imediatamente que o desafio era muito mais do que co-criar um sistema de crenças, diretrizes e um sistema para controlar a administração. O objectivo era desenvolver um instrumento de coesão que ajudasse a alinhar os esforços e a representar as partes componentes e os seus interesses, mesmo que fossem realidades tão diferentes, embora os seus países membros tivessem o seu pé em quatro continentes.

Os dias iniciais passaram com normalidade, trocando opiniões, conhecendo expectativas, compartilhando conhecimento e nos demos a oportunidade de nos conhecermos. Pouco a pouco os primeiros acordos foram surgindo, a confiança foi conquistada, todas as vezes começaram a ser ouvidas e as diferentes perspectivas estavam reivindicando o lugar que mereciam.

Foi mágico e vigoroso o momento em que surgiu a conexão necessária para começar a projetar o futuro. Abria uma porta sem limites que permitia conversas francas, o debate de idéias, o desenho do caminho comum e onde alguns davam suas posições em busca de construção conjunta, muito mais valiosa, mais viável.

As declarações de Missão, Visão, Valores foram aprovadas, os objetivos estratégicos foram traçados de acordo com diretrizes claras, e uma versão inicial de indicadores de medição e projetos estratégicos foi gerada.

Mas o mais notável foi o "como" conseguido.

Foi feito de forma participativa, com um pé em cada continente, em cada realidade, valorizando as formas e os conteúdos, e em absoluta consonância daquilo que sustenta a CPLP: orgulho, liberdade, colaboração,

construção coletiva.

O trabalho continuou remotamente e os resultados foram consolidados numa nova reunião em Luanda (Angola) onde, embora tivesse uma ênfase mais técnica e muita análise de informação e tempo para a preparação de documentos, foi percebido o espírito colaborativo que tinha sido forjado alguns meses atrás.

Depois de experimentar a experiência, comecei a rever outros projetos bem sucedidos em que tive a sorte de participar, buscando encontrar fatores comuns. Eu também fiz isso retornando às notas antigas e alguns livros que sempre tenho à mão.

Como você pode imaginar, o espírito colaborativo, aproveitando a diversidade, dando tempo para reflexão, comprometendo-se a uma causa, podemos argumentar que são receitas para o sucesso, até mais do que recursos ou disponibilidade financeira ou elementos técnicos.

... isso é o que nós experimentamos neste processo de construção para a CPLP

Finalmente, gostaria de parabenizar aqueles que participaram deste processo de uma forma ou de outra, fazendo-os desejar muito mais sucessos na geração de novas oportunidades para os países membros, convidando-os a se apoiar explicitamente no que os identifica, que os chama juntos. , porque certamente há a resposta para novas perguntas e o guia para continuar construindo o melhor caminho para suas sociedades.

Muito obrigado às autoridades da OMA, à Alfândega do Uruguai e à CPLP pela oportunidade de ter feito parte dela.





# QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO – UM INSTRUMENTO DE GESTÃO

Por dra. Elisabete Mendes, Tec. Superior, AT/DSCRI (Portugal)

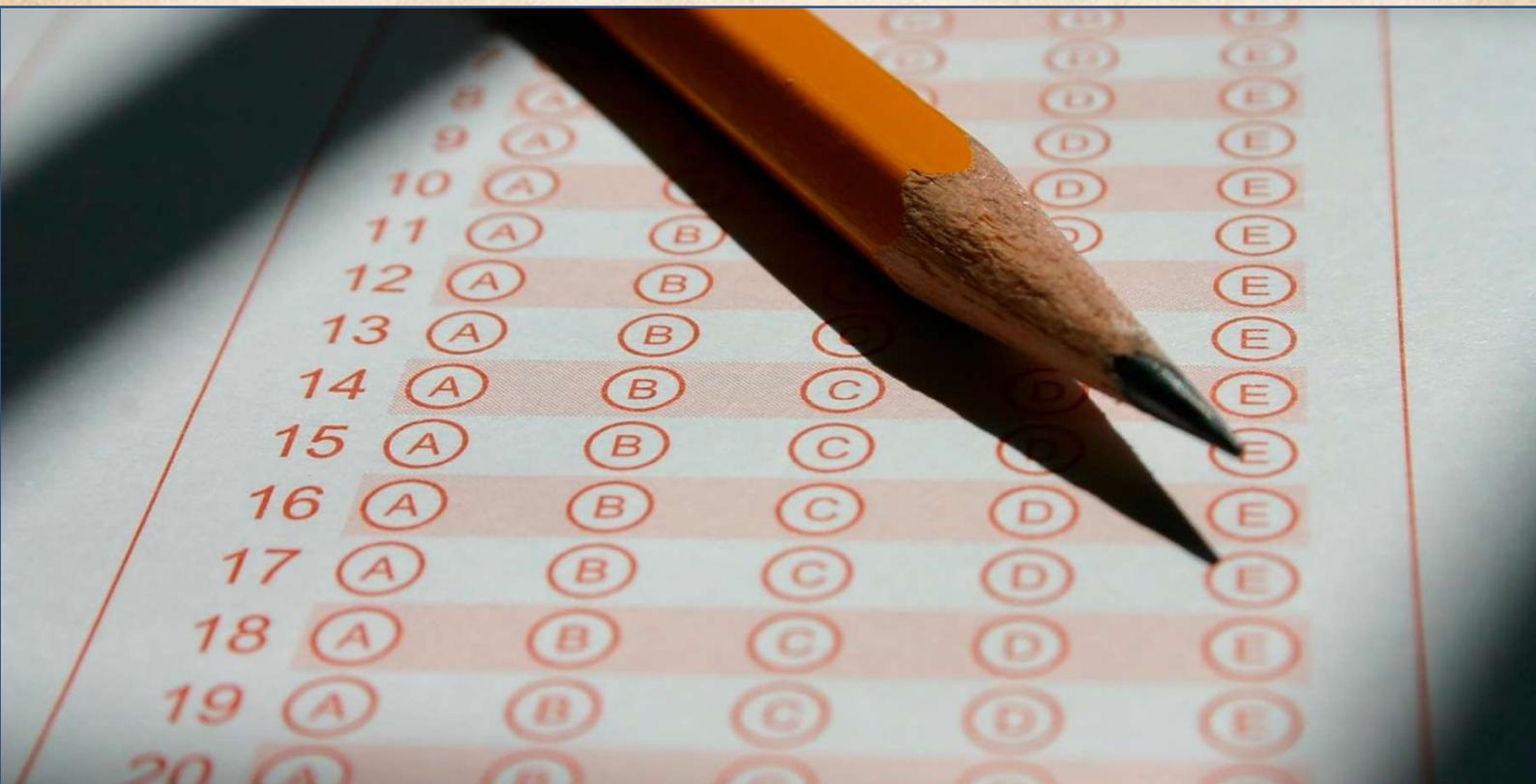
Os questionários consistem num conjunto de questões apresentadas por escrito, para recolha e posterior avaliação de dados, tendo por objetivo obter determinado conhecimento. Tomadas de decisão pelos gestores de projetos podem alicerçar-se no conhecimento adquirido por esta via. Mas a escolha de questionários como instrumento de inquirição representa vantagens e desvantagens.

Vantagens porque são económicos, práticos, de rápida aplicação, permitem recolha de vasta quantidade de dados sobre diversos assuntos (saberes, atitudes, valores e comportamentos) e podem ser aplicados a um vasto público-alvo.

Apresentam desvantagens ao nível da dificuldade de conceção. É necessário levar em consideração várias parâmetros tais como: a quem se aplica; tipo de questões a incluir; tipo de respostas pretendidas e o tema a abordar. Desvantagens porque: poderá ser difícil motivar os inquiridos a responder ao questionário (adiam-no ou ignoram-no); poderão não ser totalmente verdadeiros nas suas respostas, por razões diversas, inclusive tentativa de proteção de privacidade; alguns poderão ter interesse pessoal em responder num determinado sentido; não pensarem realmente nas questões antes de responder; diferenças no entendimento e interpretação das questões e

algumas podem ser difíceis de analisar; não existe forma de captar a linguagem não verbal dos inquiridos.

O questionário para *Grupos de Trabalho* (GT) foi aplicado no biénio 2016-2017 aos participantes de dez Reuniões (três presenciais e sete virtuais). Foram rececionados 81 questionários, sendo 34 provenientes de representantes de Portugal, 16 de Moçambique, 9 de Angola, 5 de Timor Leste, 4 do Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, 3 da Guiné- Bissau e 2 da OMA. Por este meio o Secretariado Permanente recolheu, de forma sistematizada: a) dados de perceção dos elementos dos GT acerca de algumas dimensões de funcionamento da própria equipa de trabalho; b) adequabilidade dos recursos logísticos e materiais, necessários e colocados à disposição dos GT, a fim de atingirem os objetivos propostos; c) quantidade de contactos de trabalho e produtividade resultante dos mesmos. Aos inquiridos também foi solicitada reflexão sobre medidas a implementar no futuro, da responsabilidade do Grupo de Trabalho e da Organização/Pais, por forma a melhorar o desempenho da sua equipa, e, ainda, observações entendidas como relevantes.



Considerando as dez Reuniões constata-se que, para a totalidade de dezasseis afirmações de conotação positiva sobre dimensões do funcionamento da equipa de trabalho, o maior número de respostas foi de *Concordo Totalmente*, nas reuniões presenciais; *Concordo*, quando virtuais.

Foi reconhecida a adequabilidade do apoio logístico e dos recursos materiais, disponibilizados aos Grupos de Trabalho para atingirem os objetivos propostos. No entanto, quando tiveram liberdade de expressar opiniões reportaram limitações, nomeadamente de equipamentos e tecnológicas, mais notórias nos grupos virtuais.

A maioria dos inquiridos considerou os contactos *Adequados* e os resultados dos mesmos *Produtivos*. De registar que, quando analisado separadamente contactos presenciais e virtuais, na modalidade presencial decresceu o número de respostas de quantidade adequada (aumentou *Reduzido*) mas subiu a produtividade resultante dos mesmos, ou seja, os presenciais são menos adequados em número mas mais produtivos que os virtuais.

Nos encontros virtuais, para além das ferramentas utilizadas, os inquiridos também referiram como barreira os fusos horários e falta de contacto face a face. Sugeriram que estes Grupos de Trabalho também incluíssem encontros presenciais.

Nas equipas de trabalho a interação dos membros é imprescindível porque os objetivos serão atingidos apenas a partir do esforço conjunto; invariavelmente envolvem dependência entre os seus membros, em maior ou menor grau. Aqueles que não agem em conformidade com o previamente acordado não facilitam um clima de confiança. Os inquiridos, embora reconheçam o bom relacionamento interpessoal, lamentaram a escassa colaboração ou ausência de colegas, falta de representação de alguns países, falta de disponibilidade total de alguns elementos na preparação das reuniões, e no decurso das mesmas quando virtuais.

Os encontros presenciais consomem recursos mas promovem melhor integração, afinidade e maior compreensão entre os membros da equipe, o que reduz o impacto causado pela barreira da distância. O fator humano é determinante

para os manter motivados e comprometidos com o resultado. Contrariamente às equipas tradicionais, onde os membros estão próximos fisicamente, nas virtuais existem fronteiras espaciais e temporais, e, ainda, ferramentas tecnológicas a apoiar a interação entre os participantes. O problema de comunicação nestas equipas pode ser minimizado com a utilização de tecnologias adequadas. As que facultam a comunicação em tempo real (síncrona) são muito mais eficazes porque permitem a espontaneidade e rapidez de resposta, características de uma conversação presencial. As que permitem comunicar em tempo diferido (assíncrono) inibem ou restringem a possibilidade de uma resposta imediata e são, neste caso, menos eficazes.

A criação de Comunidades virtuais permite uma boa conexão entre os elementos das equipas, funcionando como incentivo à criação de laços de confiança e lealdade entre os seus membros. Desta forma se suprime ou minimiza a falta de interação face a face.

As equipas virtuais, por terem características diferenciadoras, são um desafio acrescido para os gestores das mesmas. Elas requerem preparação e competências específicas dos participantes, nomeadamente conhecimentos em informática, comprometimento, comunicação clara, controle e confiança. Por outro lado, nas modalidades virtuais (síncronas e assíncronas) os aspetos tecnológicos contribuem largamente para o sucesso, e, numa perspetiva economicista, consegue-se reduzir custos em espaços físicos, ter membros geograficamente dispersos (nacionais ou transnacionais), não arcar com custos de transportes, alimentação e alojamento.

Em conclusão, encontros de trabalho presenciais podem ser necessários, mas tornam-se cada vez menos relevantes em função das tecnologias. O trabalho em equipas virtuais é atualmente uma realidade cada vez mais presente nas Organizações, englobando membros dispersos geográfica, temporal e organizacionalmente. Há que construir uma cultura organizacional que invista em projetos de trabalho à distância; fazer da tecnologia um investimento a médio e longo prazo. Consequentemente, urge preparar os elementos das equipas e as próprias Organizações para esta realidade.





### 3.ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO VIRTUAL DA VIA AÉREA

O Grupo de Trabalho Virtual para a Via Aérea (GTV-VA), foi criado por Decisão da XXIX Reunião do Conselho de Directores-Gerais, realizada em Luanda, de 28 a 31 de Outubro de 2014 e integra-se no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica- PICAT, de duração trienal. Assim, no âmbito do PICAT V (2016-2018) tiveram lugar as três reuniões anuais previstas, tendo a 1ª Reunião decorrido em novembro de 2016, a 2ª Reunião em novembro de 2017 e a 3ª em maio de 2018, todas baseadas na plataforma e-Learning da AT construída pela DSF e em colaboração com o Secretariado Permanente das Alfândegas da CPLP (DSCRI).

De acordo com os respectivos Termos de Referência, os objetivos gerais do Grupo de trabalho são os de potenciar a troca de ideias, o partilhar de conhecimentos, de experiências, o aperfeiçoamento de procedimentos, a identificação das melhores práticas, a dinamização de uma rede de contactos com expressão no conhecimento pessoal e com tradução prática na cooperação mais estreita entre as administrações, nomeadamente na troca de informações.

Nesta 3.ª Reunião em particular, verificou-se um grande interesse nos Fóruns de Passageiros e Bagagem e no de Mercadorias, onde se trataram, mais profundamente, os tópicos seguintes: Divisas – circulação de dinheiro e valores mobiliários; Critérios de risco - Análise UE, AO e PT; Controlos de passageiros (API / PNR) e bagagem de viajantes, incluindo a detecção de drogas e de percursos.

bordo e lojas francas e ainda sobre a relevância e métodos de troca de informações entre as autoridades aduaneiras e entre estas e outras entidades de Segurança Aeroportuária, nomeadamente, mas não só, visando os bens de dupla utilização susceptíveis de serem usados para fins de terrorismo.

As contribuições para a biblioteca virtual da via aérea também têm constituído um ponto forte e que já ultrapassou as 2 dezenas de publicações, maioritariamente sobre “Alfândegas - Via Aérea – Proteger a Economia e a Sociedade”, e-commerce e contrafação; aplicação da Convenção CITES; divisas; carga aérea, “duty free – lojas francas” (que na última Reunião contou com a inclusão de material mídia cedido pelos Serviços IVA da AT) e legislação. A biblioteca virtual do GT já conta com contributos de 4 Membros CPLP: uma apresentação, de Timor-Leste; os contributos cedidos por Angola, e que se vieram juntar ao anterior contributo de Moçambique, além dos de Portugal.

As reuniões virtuais têm-se caracterizado por um elevado índice de intervenções (de 80 a 110) e contado com a participação efetiva de 8 a 16 Participantes de 4 a 8 Administrações Fiscais de Países Membros da CPLP verificando-se um decréscimo participativo motivado pela sequência das reuniões de 3 dias cada, em modo virtual e acumulação com as tarefas diárias dos peritos, realçando-se que só nos aeroportos de Portugal o número de passageiros já excedeu os 50 milhões em 2017, sendo cerca





# CONVENÇÃO DE QUIOTO REVISTA

## Convenção Internacional sobre a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros

A Convenção Internacional sobre a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros é designada, habitualmente, por Convenção de Quioto Revista (CQR), por ter sido adotada naquela cidade do Japão, em 18 de maio de 1973, tendo entrado em vigor a 25 de Setembro de 1974, no âmbito do Conselho de Cooperação Aduaneira (CCA), que em 1994 deu origem à Organização Mundial das Alfândegas (OMA) que integra 182 países, abrangendo cerca de 98% do comércio a nível mundial.

Com a preocupação de eliminar as disparidades entre os regimes aduaneiros e as suas práticas, para não dificultar o comércio internacional e as outras trocas comerciais houve a necessidade de proceder à sua atualização, pelo que através do Protocolo de Revisão, feito em Bruxelas a 26 de junho de 1999, foram então introduzidas as alterações consideradas adequadas para contribuir para o desenvolvimento desse comércio e das práticas aduaneiras, bem como da cooperação a nível internacional.

Esta Convenção após a revisão, foi designada, como Convenção de Quioto Revista, tendo entrado em vigor a versão originária e a revista, em 3 de fevereiro de 2006.

A Convenção de Quioto Revista é uma das Convenções da OMA mais importantes desta organização, pois o seu vastíssimo conjunto de normas e procedimentos, é hoje considerada como o “código aduaneiro internacional”, sendo o ponto de partida para os regimes aduaneiros modernos e mais eficientes do século XXI, apostando forte na previsibilidade, transparência, métodos modernos de gestão de risco, parcerias e cooperação institucional.

A CQR é do ponto de vista jurídico entendido como um acordo internacional que estabelece um conjunto de procedimentos aduaneiros para a facilitação do comércio internacional legítimo, e simultaneamente, do controlo aduaneiro das mercadorias, incluindo a protecção da sociedade e a cobrança de receita.

Trata-se de um Acordo misto, o que na terminologia do Direito Comunitário significa tratar-se de um acordo cujo domínio de aplicação material abrange matérias da competência comunitária e matérias de competência nacional, de cada um dos Estados-membros.

Em virtude deste universo normativo facilitador da celeridade das trocas comerciais e do correspondente

controlo aduaneiro sobre as mercadorias, que se tem vindo a notar o crescente interesse dos países na sua adesão, podendo, assim, dotar a sua legislação nacional de procedimentos simplificados e harmonizados para corresponder aos interesses do comércio e às mudanças ditadas pelos novos desafios da múltipla utilização de tecnologias de informação, e à premente celeridade das trocas, podendo na medida do possível, cada Parte Contratante, conceder maiores facilidades do que as previstas no corpus da Convenção.

Atualmente a Convenção conta com 115 partes contratantes, sendo a mesma implementada e gerida no seio da OMA, através do Comité de Gestão da CQR, estando a AT-Autoridade Tributária e Aduaneira de Portugal representada neste fórum, participando regularmente nas suas reuniões na sede da OMA em Bruxelas.

Recentemente, na 16ª reunião do Comité de Gestão da CQR, 6-7 abril de 2017, foi tomada a decisão de proceder a uma revisão completa da Convenção (Corpo da Convenção, Anexo Geral, Anexos Específicos e suas diretivas), para o efeito foi constituído um GT encarregue de definir o processo e desenvolver um plano com os objetivos chave, estando já em curso os mecanismos para a sua revisão.

A necessidade constatada de proceder a uma revisão completa da CQR decorreu do facto do crescimento regular do número de adesões e da necessidade de assegurar a sua implementação eficaz e harmonizada, na maior parte dos países do mundo, a fim de melhorar a facilitação das trocas e a eficácia dos controlos aduaneiros.

Considerou-se, também, ser crucial que a Convenção acompanhe as evoluções recentes e as modificações do ambiente no qual as Alfândegas se inscrevem, minimizando-se as assimetrias entre os diversos países com vista à modernização de práticas e de regimes aduaneiros abertos, promovendo-se a facilitação do comércio legítimo.

No âmbito do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica (PICAT) das Alfândegas da CPLP, em 2006, foi criado o Grupo de Trabalho da CQR, com representantes de oito países da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste) com o objetivo de obter uma versão harmonizada em Língua Portuguesa da Convenção

## 13.ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA CONVENÇÃO DE QUIOTO REVISTA

Realizou-se na cidade de S. Tomé, S. Tomé e Príncipe, de 18 a 22 de junho de 2018, a 13ª Reunião do Grupo de Trabalho da CPLP da Convenção de Quioto Revista, prevista no âmbito das ações do PICAT V Aduaneiro, com o objectivo de dar continuidade aos trabalhos de elaboração da versão unificada, em Língua Portuguesa, da citada Convenção Internacional relativa à Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros.

Participaram representantes das seguintes Administrações Aduaneiras da CPLP: Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe.

O objetivo deste Grupo de Trabalho é a obtenção de um texto harmonizado, em Língua Portuguesa, da Convenção Internacional para a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros, tendo-se dado continuidade, nesta reunião, à harmonização das Diretivas dos Anexos Específicos.



## AGENDA DO PICAT V – 2.º SEMESTRE DE 2018

2.ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Via Marítima da CPLP (Virtual)	29 a 31 de outubro
Seminário “Controle pós desalfandegamento das declarações, no âmbito da Assistência Mútua	Cabo Verde 26 a 28 de novembro
Reunião do Plano Estratégico das Alfândegas da CPLP	Portugal 19 a 23 de novembro
XXXIII Reunião do Conselho dos Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP	Portugal 26 a 30 de novembro
9.ª Reunião do Grupo de Trabalho do Site das Alfândegas da CPLP	Portugal 5 a 7 de dezembro